

Diário do Legislativo de 10/03/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PMN-PR-)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PMDB - PT - PCdoB:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT) e Vanderlei Miranda (PMDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV--PPS-PSC-PSB-PSL)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Tenente Lúcio

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado

Vice-Líder: Deputado

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (PTB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputado Ivair Nogueira	PMDB-PT-PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Domingos Sávio	BSD	
Deputado Lafayette de Andrada	BSD	
Deputado Neider Moreira	BPS	
Deputado Padre João	PMDB - PT -PCdoB	
Deputado Elmiro Nascimento	DEM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco	BPS
Deputado André Quintão	PMDB-PT-PCdoB
Deputado Gilberto Abramo	PRB
Deputado Fahim Sawan	BSD
Deputado Mauri Torres	BSD
Deputado Wander Borges	BPS
Deputado Delvito Alves	BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada PMDB-PT-PCdoB Presidente
Cecília
Ferramenta

Deputado PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Paulo
Guedes

Deputado BSD
Ademir
Lucas

Deputado BPS
Wander
Borges

Deputado PDT
Doutor
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir PMDB-PT-PCdoB
Paraca

Deputada Maria PMDB-PT-PCdoB
Tereza Lara

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Carlos PDT
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Dalmo
Ribeiro
Silva

Deputado BPS Vice-Presidente
Chico Uejo

Deputado BSD
Célio
Morteira

Deputado BPS
Sebastião
Costa

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Padre João

Deputado PRB
Gilberto
Abramo

Deputado BSD
Delvito
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Dilzon BSD
Moreira

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado André PMDB-PT-PCdoB
Quintão

Deputado Antônio PMDB-PT-PCdoB
Júlio

Deputado Gustavo DEM
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPS Presidente
Gláucia
Brandão

Deputado BSD Vice-Presidente
Juninho
Araújo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Getúlio
Neiva

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Paulo
Guedes

Deputado BSD
Marcus
Pestana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Vanderlei Miranda

Deputado

Deputado Dimas BSD
Fabiano

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Adalclever Lopes

Deputado BPS Vice-Presidente
Délío Malheiros

Deputado BSD
Walter Tosta

Deputado

Deputado

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio PMDB-PT-PCdoB
Souza Cruz

Deputado Tiago BPS
Ulisses

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Durval Ângelo

Deputado BSD
Fahim Sawan

Deputado BPS
Antônio Genaro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Vanderlei Miranda

Deputado BSD
Delvito Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria PMDB-PT-PCdoB
Tereza Lara

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Ruy DEM
Muniz

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Ruy Muniz

Deputado BSD Vice-Presidente
Deiró Marra

Deputado BSD
Dalmo Ribeiro

Deputada BPS
Gláucia Brandão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlin Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputada Rosângela BPS
Reis

Deputado Adelmo PMDB-PT-PCdoB
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Zé Maia

Deputado DEM Vice-Presidente
Jayro Lessa

Deputado BSD
Lafayette de
Andrada

Deputado BPS
Inácio
Franco

Deputado BPS
Agostinho
Patrús Filho

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adelmo
Carneiro
Leão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Antônio
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo BSD
Moreira

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André PMDB-PT-PCdoB
Quintão

Deputado Ivair PMDB-PT-PCdoB
Nogueira

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Fábio Avelar

Deputado PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Sávio Souza
Cruz

Deputado BSD
Luiz
Humberto
Carneiro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Almir
Paraca

Deputado BSD
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB
Lopes

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Carlos PMDB-PT-PCdoB
Gomes

Deputado Lafayette BSD
Andrada

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Sávio
Souza
Cruz

Deputado DEM Vice-Presidente
Gustavo
Valadares

Deputado BSD
Gil Pereira

Deputado BSD
Célio
Moreira

Deputado BPS
Tiago
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB
Lopes

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Dilzon Melo BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Wander BPS
Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PMDB-PT-PCdoB Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Duarte BSD
Bechir

Deputado Carlin PMDB-PT-PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PMDB-PT-PCdoB

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Fábio BPS
Avelar

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB-PT-PCdoB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Dilzon BSD
Melo

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Chico BPS
Uejo

Deputado Carlos PMDB-PT-PCdoB
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Gil Pereira BSD

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Luiz BSD
humberto Carneiro

Deputada Cecília PMDB-PT-PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Braulio Braz BSD Presidente

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Dimas BSD
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB-PT-PCdoB

Deputado Pinduca BSD
Ferreira

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputado Doutor PDT
Ronaldo

Deputado Marcus BSD
Pestana

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
João Leite

Deputada PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Maria
Tereza
Lara

Deputado BPS
Rômulo
Veneroso

Deputado PDT
Tenente
Lúcio

Deputado BSD
Pinduca
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval PMDB-PT-PCdoB
Ângelo

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Gil Pereira BSD

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPS Presidente
Rosângela
Reis

Deputado BSD Vice-Presidente
Walter Tosta

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Ivair
Nogueira

Deputado DEM
Elmiro
Nascimento

Deputada PMDB-PT-PCdoB
Cecília
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma BPS
Diniz

Deputado Marcus BSD
Pestana

Deputado Getúlio PMDB-PT-PCdoB
Neiva

Deputado Duarte BSD
Bechir

Deputado André PMDB-PT-PCdoB
Quintão

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Gustavo Valadares

Deputado BPS Vice-Presidente
Djalma Diniz

Deputado BSD
Marcus Pestana

Deputado BSD
Dilzon Melo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adalclever Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Juninho BSD
Araújo

Deputado Sávio PMDB-PT-PCdoB
Souza Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT
Alencar da
Silveira Jr.

Deputado BSD Vice-Presidente
Eros Biondini

Deputado BPS
Fábio Avelar

Deputado BPS
Antônio
Carlos
Arantes

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlos
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tenente PDT
Lúcio

Deputado Zezé PDT
Perrella

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputada Cecília PMDB-PT-PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Sebastião
Costa

Deputado PDT Vice-Presidente

Deputado BSD
Luiz
Humberto
Carneiro

Deputado PRB
Gilberto
Abramo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Padre João

Deputado DEM
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Antônio Júlio PMDB-PT-PCdoB

Deputado Durval PMDB-PT-PCdoB
Ângelo

Deputado Dimas DEM

ATAS

Ata da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 2/3/2010

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Chico Uejo, Padre João, Sebastião Costa e Ademir Lucas (substituindo o Deputado Célio Moreira, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 4.238 e 4.239/2010 (Deputado Sebastião Costa); 4.232, 4.242 e 4.245/2010 (Deputado Delvito Alves); 4.233, 4.236 e 4.250/2010 (Deputado Gilberto Abramo); 4.235, 4.243, 4.249 e 4.252/2010 (Deputado Padre João); 4.241, 4.244, 4.246 e 4.253/2010 (Deputado Chico Uejo); 4.234, 4.237, 4.240 e 4.247/2010 (Deputado Célio Moreira); e 4.248/2010 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.179/2009 e 4.146/2010, ambos na forma do Substitutivo nº 1, 3.791 e 3.963/2009, ambos com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 3.559/2009 na forma do Substitutivo nº 1 e 4.145/2010 (relator: Deputado Sebastião Costa); 4.037/2009 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Ademir Lucas, em virtude de redistribuição); 4.137/2010 (relator: Deputado Chico Uejo). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Padre João, que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 4.156/2010, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Ademir Lucas. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.122/2009 (relator: Deputado Sebastião Costa). São convertidos em diligência à Secretaria de Planejamento e Gestão - Seplag - os Projetos de Lei nºs 4.182 e 4.194/2010 (relator: Deputado Chico Uejo); ao autor e à Seplag o Projeto de Lei nº 4.190/2010 (relator: Deputado Ademir Lucas, em virtude de redistribuição); ao DER-MG e à Prefeitura Municipal de Lagoa Dourada o Projeto de Lei nº 4.191/2010 (relator: Deputado Sebastião Costa); e à Secretaria de Estado de Fazenda o Projeto de Lei nº 4.226/2010 (relator: Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 475/2007, 3.862 e 4.098/2009, os dois últimos com a Emenda nº 1, 4.139, 4.162, 4.177 e 4.195/2010 (relator: Deputado Ademir Lucas, em virtude de redistribuição); 921/2007, 2.427/2008, 4.141, 4.178 este com a Emenda nº 1, 4.180, 4.181/2010 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.950/2008, 4.096, 4.103, 4.112/2009, 4.170, 4.174 e 4.179/2010 (relator: Deputado Padre João); 4.140 e 4.163/2010 (relator: Deputado Sebastião Costa); 4.160 e 4.175/2010 (relator: Deputado Chico Uejo). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligências ao autor os Projetos de Lei nºs 4.091, 4.094 e 4.129/2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 2010.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Carlos Gomes - Ademir Lucas - Chico Uejo - Padre João.

Ata da 1ª Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre os Vetos Parciais às Proposições de Lei nºs 19.574 e 19.624, em 3/3/2010

Às 9h42min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Carlin Moura e Marcus Pestana, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado João Leite, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator da matéria. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado Carlin Moura para atuar como escrutinador. Feita a apuração dos votos, são eleitos para Presidente o Deputado João Leite e para Vice-Presidente o Deputado Carlin Moura, ambos com três votos. A seguir, a Presidência designa relator da matéria o Deputado Marcus Pestana. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, com edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 2010.

João Leite, Presidente - Carlin Moura - Agostinho Patrus Filho.

Ata da 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 3/3/2010

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Alencar da Silveira Jr., Eros Biondini e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alencar da Silveira Jr., declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: dos Srs. Paulo Tarciso Okamoto, Diretor-Presidente do Sebrae (18/12/2009); Roque Pellizzaro Junior, Presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas; Ronaldo Scucato, Presidente do Sistema Ocemg-Sescoop-MG; Sebastião de Abreu Ferreira, Superintendente Regional no Estado (substituto) do DNIT; José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG; Carlos Roberto Noronha, Presidente do Iepha-MG; Gustavo Corrêa, Secretário de Esportes e da Juventude (16/1/2010); Paulo Brant, Secretário de Cultura (23/1/2010); Sérgio Gomes Velloso, Assessor do Ministério do Esporte (4/2/2010); e José Ramos Zago, Presidente da Associação do Circuito Turístico da Canastra, e outros (13/2/2010). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relator o Deputado citado a seguir: Projetos de Lei nºs 3.516 e 4.050/2009 em turno único (Deputado Fábio Avelar). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.232, 5.252, 5.260/2009, 5.334, 5.437 e 5.444/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Alencar da Silveira Jr., em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de discutir a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e sua implementação na totalidade dos Municípios mineiros; Fábio Avelar, em que solicita seja encaminhado pedido de providências ao Governador do Estado para incluir o Município de Formiga no cronograma de cidades a serem beneficiadas pelo plano de investimentos para a realização da Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016; Dalmo Ribeiro Silva (3), em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública nos Municípios de São Lourenço, Maria da Fé e Camanducaia (Estância Climática de Monte Verde), com a finalidade de discutir a implementação de questões relativas ao fomento do setor turístico nas municipalidades, tendo em

vista o advento da Copa do Mundo de 2014; e Tenente Lúcio, em que solicita seja encaminhado pedido de providências ao Superintendente Regional do DNIT para promover a devida alteração do projeto de reforma e ampliação da BR-135 nas obras em curso no Município de Augusto de Lima, com a construção de uma rotatória na entrada da estrada de acesso ao Distrito Turístico de Santa Bárbara. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de março de 2010.

Alencar da Silveira Jr., Presidente - Ana Maria Resende - Arlen Santiago - Carlos Pimenta - Marcus Pestana - Ruy Muniz.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/3/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 117, que Institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado e altera a Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 118, que altera a Lei Complementar nº 81, de 10/8/2004, a Lei Complementar nº 83, de 28/1/2005, e a Lei Delegada nº 177, de 26/1/2007. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao art. 1º, ao "caput" do art. 20 da Lei Complementar nº 81, de 2004, a que se refere o art. 3º, ao art. 22 da Lei Complementar nº 81, de 2004, a que se refere o art. 4º, ao art. 26-B da Lei Complementar nº 81, de 2004, a que se refere o art. 6º, ao inciso I do § 1º do art. 30-A da Lei Complementar nº 81, de 2004, a que se refere o art. 8º, e ao § 6º do art. 4º da Lei Complementar nº 83, de 2005, a que se refere o art. 10, e pela rejeição do veto ao art. 2º, ao inciso I do art. 10 da Lei Complementar nº 81, de 2004, a que se refere o art. 3º, ao art. 5º e ao art. 6º-A da Lei Complementar nº 83, de 2005, a que se refere o art. 12.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.559, que dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.655, de 18/9/84, e dá outra providência. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.568, que dispõe sobre a cremação de cadáver. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.574, que altera as Leis nº 14.313, de 19/6/2002, nº 15.424, de 30/12/2004, e nº 16.318, de 11/8/2006. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao art. 1º da Lei nº 16.318, de 2006, ao qual se refere o art. 4º da Proposição de Lei nº 19.574, e pela rejeição do veto ao art. 4º da mesma lei, ao qual se refere o art. 4º da Proposição de lei nº 19.574.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.586, que altera o art. 32 da Lei nº 13.771, de 11/12/2000, e o art. 3º da Lei nº 15.082, de 27/4/2004. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.621, que institui a Semana do Aleitamento Materno. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.624, que altera o inciso III do art. 3º da Lei nº 14.937, de 23/12/2003. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 19.625, que determina a utilização de seringas de agulha retrátil nos hospitais e estabelecimentos de saúde localizados no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46/2008, da Deputada Ana Maria Resende e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela aprovação da Emenda nº 2 na forma da Subemenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que dá nova redação ao artigo 273 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 3.929/2009, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 3.928/2009, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.004/2009, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.542/2009, do Deputado Doutor Viana, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da maçonaria localizadas no Estado. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.490/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac -, com sede no Município de Barbacena, o terreno que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.100/2009, do Deputado José Henrique, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Santo Antônio do Grama. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do artigo 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.417/2009, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixio a área que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Cultura e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 10/3/2010

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 10/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.056/2009, do Deputado João Leite; 3.857/2009, do Governador do Estado; 3.892/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 4.083/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Saúde na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 10/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, com os convidados que menciona, a situação da dengue no Estado, bem como as ações de combate à doença realizada pela Secretaria de Estado de Saúde.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Minas e Energia na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 10/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 10/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.215/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.922/2009, do Deputado Duarte Bechir; e 3.980/2009, do Deputado Wander Borges.

Requerimentos nºs 5.457/2010, do Deputado Jayro Lessa; 5.504/2010, do Deputado Doutor Viana; e 5.534/2010, do Deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 3ª Reunião Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 10/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 273/2007, do Deputado João Leite; 3.215/2009, do Deputado Sebastião Helvécio; 3.715/2009, do Deputado Vanderlei Miranda; 3.921/2009, do Deputado Sargento Rodrigues; 4.089 e 4.090/2009, do Deputado Eros Biondini; 4.093/2009, do Deputado Gustavo Valadares; 4.097/2009, do Deputado Antônio Júlio; 4.100/2009, do Deputado Ademir Lucas; 4.101/2009, do Deputado Duarte Bechir; 4.104 e 4.105/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 4.107/2009, do Deputado Tenente Lúcio; 4.119/2009, do Deputado Wander Borges; e 4.127/2009, do Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Requerimentos nºs 5.503/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.509, 5.510, 5.511, 5.512, 5.513, 5.514, 5.515, 5.516, 5.517, 5.518, 5.519, 5.520, 5.521, 5.522, 5.523, 5.524, 5.525, 5.526, 5.527, 5.528 e 5.529/2010, do Deputado Leonardo Moreira; e 5.536/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 10/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 10/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 5.535/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Cultura na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 10/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.637/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 4.051/2009, do Deputado Domingos Sávio; e 4.110/2009, do Deputado Elmiro Nascimento.

Requerimentos nºs 5.506 e 5.507/2010, da Deputada Gláucia Brandão.

Finalidade: apresentar aos convidados que menciona o Circuito Cultural da Praça da Liberdade, que está sendo implantado por meio da Secretaria de Estado de Cultura e tem como finalidade oferecer à população novos espaços de conhecimento, arte, cultura, ciência e entretenimento.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 10/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.858/2009, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.502/2010, do Deputado Agostinho Patrus Filho, e 5.537/2010, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 6ª Reunião Ordinária da Comissão Especial sobre a Arbitragem, a realizar-se às 15 horas do dia 10/3/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 20 horas do dia 10/3/2010, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Vetos à Proposição de Lei Complementar nº 117, que institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado e altera a Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008; à Proposição de Lei Complementar nº 118, que altera a Lei Complementar nº 81, de 10/8/2004, a Lei Complementar nº 83, de 28/1/2005, e a Lei Delegada nº 177, de 26/1/2007; à Proposição de Lei nº 19.559, que dá nova redação ao inciso II do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.655, de 18/9/84, e dá outra providência; à Proposição de Lei nº 19.568, que dispõe sobre a cremação de cadáver; à Proposição de Lei nº 19.574, que altera as Leis nºs 14.313, de 19/6/2002, 15.424, de 30/12/2004, e 16.318, de 11/8/2006; à Proposição de Lei nº 19.586, que altera o art. 32 da Lei nº 13.771, de 11/12/2000, e o art. 3º da Lei nº 15.082, de 27/4/2004; à Proposição de Lei nº 19.621, que institui a Semana do Aleitamento Materno; à Proposição de Lei nº 19.624, que altera o inciso III do art. 3º da Lei nº 14.937, de 23/12/2003; e à Proposição de Lei nº 19.625, que determina a utilização de seringas de agulha retrátil nos hospitais e estabelecimentos de saúde localizados no Estado; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que dá nova redação ao artigo 273 da Constituição do Estado; e 46/2008, da Deputada Ana Maria Resende e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado; dos Projetos de Resolução nºs 3.928/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação das terras devolutas que especifica; 3.929/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; e 4.004/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; e dos Projetos de Lei nºs 2.490/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac -, com sede no Município de Barbacena, o terreno que especifica; 3.100/2009, do Deputado José Henrique, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Santo Antônio do Gramma; 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do artigo 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006; 3.417/2009, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica; 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007; 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixo a área que especifica; 3.542/2009, do Deputado Doutor Viana, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da maçonaria localizadas no Estado; 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus; 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica; 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006; e 4.032/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - localizadas no Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 9 de março de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 56/2009

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Maria Tereza Lara e Cecília Ferramenta e o Deputado Fahim Sawan, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/3/2010, às 9h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e de votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 9 de março de 2010.

Carlos Mosconi, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 58/2009

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adalclever Lopes, Délio Malheiros, Tenente Lúcio e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/3/2010, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 9 de março de 2010.

João Leite, Presidente "ad hoc".

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 919/2007

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do Deputado Sebastião Costa, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação dos Diabéticos de Conselheiro Lafaiete – Assodilafa –, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 919/2007 tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação dos Diabéticos de Conselheiro Lafaiete, constituída com o objetivo de coordenar, dar proteção e orientar os diabéticos desse Município. Procura, dessa maneira, melhorar a condição de vida dos enfermos, conscientizando-os da importância de um tratamento adequado e do controle da doença.

Para alcançar suas metas, presta serviço de orientação psicológica aos pacientes e seus familiares, oferece assistência médica gratuita aos mais carentes e realiza intercâmbio com hospitais, clínicas, laboratórios, médicos e psicólogos.

Além disso, promove campanhas para conscientização da sociedade e para obtenção de recursos financeiros subsidiados para a manutenção da Associação e edita e distribui folhetos, jornais e revistas sobre assuntos relacionados com a doença.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 919/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 9 de março de 2010.

Doutor Rinaldo, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.403/2009

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Djalma Diniz, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação de Rodovia João da Costa Mafra ao trecho que liga o Município de Imbé de Minas ao entroncamento com a BR-116.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.403/2009 tem por finalidade dar a denominação de Rodovia João da Costa Mafra ao trecho que liga o Município de Imbé de Minas ao entroncamento com a BR-116.

Natural do Município de Inhapim, João da Costa Mafra nasceu em 1926 e faleceu em 1992. Ainda jovem, mudou-se para o então Distrito de Imbé de Minas, no Município de Caratinga, onde iniciou sua vida pública.

Em 1976, foi eleito Prefeito de Caratinga com votação nunca vista nessa região. Após cumprir o mandato, foi eleito o Vereador mais votado por três mandatos consecutivos, sendo por duas vezes Presidente da Câmara Municipal.

Cidadão de ilibada reputação, de expressiva liderança política, acreditava que o progresso está diretamente ligado a uma infraestrutura viária eficaz; por isso, lutou incansavelmente pela construção do trecho da rodovia objeto do projeto de lei em análise, que hoje está sendo pavimentada por meio do Programa Processo.

A homenagem que lhe está sendo feita por intermédio dessa proposição é oportuna, demonstrando o reconhecimento da população pelos relevantes serviços por ele prestados.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade dar nova redação ao "caput" do art. 1º, para sua adequação à técnica legislativa, acrescentando parágrafo único a esse dispositivo, com o intuito de esclarecer que o trecho a ser denominado faz parte do Processo.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.403/2009, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 9 de março de 2010.

Adalclever Lopes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.715/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Vanderlei Miranda, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Projeto Cidade Refúgio, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.715/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Projeto Cidade Refúgio, com sede no Município de Belo Horizonte, que tem como finalidade apoiar e ampliar as ações e programas que visem à melhoria da qualidade de vida dos seus associados.

Para alcançar seus propósitos, presta assistência à criança e ao adolescente carente, realiza atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer, combate a fome e a pobreza, protege a saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice, orienta sobre a preservação do meio ambiente e executa serviços de telerradiodifusão educativa.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.715/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 9 de março de 2010.

Elmiro Nascimento, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.089/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Eros Biondini, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação da Divina Misericórdia, com sede no Município de São João Nepomuceno.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.089/2009 tem por escopo seja declarada de utilidade pública a Associação da Divina Misericórdia, com sede no Município de São João Nepomuceno, entidade civil sem fins lucrativos que tem por objetivo a promoção humana e o apoio material e psíquico às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Para cumprimento desses propósitos, a entidade ampara os dependentes químicos e os acometidos de depressão; busca resgatar a integridade dessas pessoas e sua reintegração na sociedade; incentiva a reestruturação das famílias e fomenta valores éticos e morais que possam proporcionar um ambiente saudável de convivência.

Por isso é oportuna a intenção de se lhe conceder a pretendida declaração de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.089/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 9 de março de 2010.

Elmiro Nascimento, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.092/2009

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Gustavo Valadares, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação dos Devotos de São Cristóvão - Adesc -, com sede no Município de Araxá.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.092/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Devotos de São Cristóvão, com sede no Município de Araxá, que tem por objetivo incentivar e promover a cultura do motorista estradeiro, bem como orientar as dúvidas dos associados em relação a assuntos ligados ao trânsito.

A Associação desenvolve programas visando à implantação de cursos, encontros e seminários, objetivando a solução de problemas concernentes a seus objetivos.

A entidade procura também reivindicar dos órgãos públicos, sempre que necessário, apoio a famílias carentes de motoristas acidentados e a preservação das estradas; assim como a realização de eventos culturais, esportivos ou sociais, objetivando a sociabilização de seus membros.

Por todas as relevantes atividades que desenvolve, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.092/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 9 de março de 2010.

Djalma Diniz, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.093/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

O projeto de lei em tela, do Deputado Gustavo Valadares, objetiva declarar de utilidade pública a Associação da Casa de Caridade Darci Campos, com sede no Município de Itamarandiba.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que a considerou jurídica, constitucional e legal com a Emenda nº 1, que apresentou. Vem ela agora a este colegiado para deliberação conclusiva, com base no art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.093/2009 tem por escopo seja declarada de utilidade pública a Associação da Casa de Caridade Darci Campos, com sede no Município de Itamarandiba, entidade civil sem fins lucrativos e de natureza filantrópica, que tem por finalidade prestar assistência social às pessoas carentes, especialmente, da terceira idade.

No cumprimento de seus objetivos programáticos, procura desenvolver atividades nas áreas da saúde, da educação e cultura, mantendo um ambulatório para atendimento das pessoas carentes e promovendo cursos de artesanato e oficinas.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem a finalidade de adequar o nome da entidade ao consubstanciado no seu estatuto.

Considerando-se a relevância do trabalho desenvolvido, especialmente para os idosos, a Associação da Casa de Caridade Darci Campos está

habilitada a receber o título de utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.093/2009, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 9 de março de 2010.

Elmiro Nascimento, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.100/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Ademir Lucas, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Recreio dos Bandeirantes, com sede no Município de Esmeraldas.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.100/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Recreio dos Bandeirantes, com sede no Município de Esmeraldas, cuja finalidade principal é unir e coordenar as pessoas na participação dos trabalhos para melhoria da comunidade.

Objetivando alcançar o que se propõe, a entidade identifica e analisa os problemas comunitários, buscando meios para resolvê-los; mobiliza a população para atuar conjuntamente na defesa de seus interesses, aproveitando os recursos disponíveis; promove atividades recreativas, sociais, esportivas, assistenciais e culturais; oferece proteção à saúde da família; combate a fome e a pobreza; orienta as pessoas sobre a preservação do meio ambiente.

Pelo relevante serviço que presta, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.100/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 9 de março de 2010.

Elmiro Nascimento, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.104/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em tela visa alterar o art. 1º da Lei nº 1.568, de 10/1/57, que declara de utilidade pública o Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo de Uberlândia, com sede no Município de Uberlândia.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.104/2009 pretende alterar o art. 1º da Lei nº 1.568, de 10/1/57, que declara de utilidade pública o Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo de Uberlândia, com sede no Município de Uberlândia, em consequência da alteração estatutária realizada em 10/11/82, que modificou sua denominação para Conselho Central de Uberlândia da Sociedade São Vicente de Paulo.

Pela análise de seu estatuto, verificamos que a instituição apresenta as mesmas condições formais que lhe permitiram a outorga do título declaratório de utilidade pública por meio da referida Lei nº 1.568 e tem como finalidade representar as unidades vicentinas que lhe são vinculadas e que sejam desprovidas de personalidade jurídica.

Assim sendo, consideramos conveniente e oportuna a aprovação da proposição em tela.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.104/2009 em turno único.

Sala das Comissões, 9 de março de 2010.

Elmiro Nascimento, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.107/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Tenente Lúcio, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública o Clube da Terceira Idade Nossa Senhora da Guia de Iturama, com sede no Município de Iturama.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.107/2009 pretende declarar de utilidade pública o Clube da Terceira Idade Nossa Senhora da Guia de Iturama, com sede no Município de Iturama, que possui como finalidade desenvolver atividades voltadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com mais de 50 anos, especialmente nas áreas da educação, do esporte e da cultura.

Pessoas que participam de programas dedicados aos segmentos da terceira idade são mais dispostas, aproveitam melhor seu potencial, usufruindo maior autoconfiança, atitudes mais positivas e conseqüente bem-estar físico e psicológico.

Quanto maior o envolvimento dos idosos em atividades prazerosas, em que adquirem conhecimentos e contatos sociais, menor é a possibilidade da instalação de sintomas depressivos e enfermidades similares.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.107/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 9 de março de 2010.

Elmiro Nascimento, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.127/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Adelmo Carneiro Leão, o projeto de lei em epígrafe objetiva declarar de utilidade pública a Associação Unida do Município de Tocos do Moji, com sede no Município de Tocos do Moji.

A proposição foi analisada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme determina o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.127/2009 pretende declarar de utilidade pública a Associação Unida do Município de Tocos do Moji, com sede nesse Município, entidade beneficente que tem por finalidade o exercício mútuo de colaboração entre os associados, visando à proteção da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice, além do fomento das atividades agropecuárias e a melhoria das condições de vida de seus associados.

Buscando o bem-estar da comunidade, envia esforços para a negociação conjunta da produção agropecuária e de artesanato dos associados; orienta-os sobre a compra de insumos e equipamentos; incentiva a expansão de técnicas de produção e manejo agrícola voltados à preservação do meio ambiente; estimula o conagraçamento entre seus associados e a comunidade.

Dessa forma, a entidade em questão promove ações de relevância pública, razão pela qual merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.127/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 9 de março de 2010.

Elmiro Nascimento, relator.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 8/3/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr.

exonerando Alexandra Guerra Gonçalves do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 4 horas;

exonerando Eutália Barbosa Severino França do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

exonerando Henrique Maciel Teixeira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Eutália Barbosa Severino França para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Guilherme Castro Sandy Reis para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Henrique Maciel Teixeira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Almir Paraca

exonerando Arnaldo Honorato Lourenço do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando Lidiane Ponciana Ferreira do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

exonerando Nísio Miguel Tôrres de Miranda do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 4 horas;

nomeando Arnaldo Honorato Lourenço para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Mariana Rezende dos Passos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Nísio Miguel Tôrres de Miranda para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 4 horas.

Gabinete do Deputado Carlos Pimenta

exonerando Maria Dulce Ribeiro de Oliveira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando João Luiz Ribeiro para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Délio Malheiros

exonerando Márcia Regina Melo Aleixo do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Gabinete do Deputado Djalma Diniz

exonerando Luíz Antônio dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Fabricio Luiz Ferreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete da Deputada Maria Tereza Lara

exonerando Carlos Eduardo Silveira Gonçalves do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 4 horas;

nomeando Carlos Eduardo Silveira Gonçalves para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 4 horas;

nomeando Paulo Cesar Ildefonso para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Wander Borges

exonerando Fabricio Luiz Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Fernando Antônio Lopes Alves do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 4 horas;

exonerando Osvaldo Melo de Lima do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Fernando Antônio Lopes Alves para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 4 horas;

nomeando Luíz Antônio dos Santos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

nomeando Osvaldo Melo de Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.,

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Neide Aparecida Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Bruna Santos Soares para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

EDITAL DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 1/2010

O Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, em observância ao disposto na Deliberação da Mesa nº 2.431, de 8/9/2008 e com base no levantamento realizado pelo grupo de trabalho constituído por meio da Portaria DG Nº 10, de 20/3/2009, publicada no "Boletim da Secretaria" em 30/3/2009, faz saber a quem possa interessar que os documentos relativos à aquisição de material e contratação de serviço com licitação (processamento, registro e controle de convite, concorrência, pregão eletrônico, registro de preço e tomada de preços), sob a guarda da Gerência-Geral de Material e Patrimônio, referentes ao período de 1985 a 1989 e 1991, serão eliminados a partir do trigésimo dia subsequente à data de publicação deste edital no órgão oficial dos Poderes do Estado, se não houver oposição por parte.

Observado o prazo citado, os interessados poderão expressar, às suas expensas, oposição à eliminação da documentação em referência por meio de requerimento a ser protocolado na Diretoria-Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, na Rua Rodrigues Caldas, nº 30, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG), demonstrando o interesse e a legitimidade do pedido.

A listagem dos documentos a serem eliminados ficará disponível na internet no endereço eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (www.almg.gov.br) e no mural da portaria do Palácio da Inconfidência.

Diretoria-Geral, 8 de março de 2010.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

Listagem de eliminação de documentos da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.431, de 2008

Descrição dos documentos	Datas abrangentes
Processos documentais da subsérie convite, série aquisição de material e contratação de serviço com licitação.	1985
Processos documentais da subsérie concorrência, série aquisição de material e contratação de serviço com licitação.	1985
Processos documentais da subsérie alienação, doação ou cessão de bem móvel, série bem móvel – gestão, registro e controle.	1986
Processos documentais da subsérie concorrência, série aquisição de material e contratação de serviço com licitação.	1986
Correspondências administrativas.	1986
Processos documentais da subsérie convite, série aquisição de material e contratação de serviço com licitação.	1991
Processos documentais da subsérie tomada de preço, série aquisição de material e contratação de serviço com licitação.	1991
Processos documentais da subsérie concorrência, série aquisição de material e contratação de serviço com licitação.	1991
Processos de pagamento da série aquisição de material e contratação de serviço com licitação.	1991
Processos de coleta de preços da série aquisição de material e contratação de serviço sem licitação (casos de dispensas ou inexigibilidade de licitação).	1991
Atas de abertura e julgamento de carta convite da série aquisição de	1991

material e contratação de serviço com licitação.	
Ordens de compra da série aquisição de material e contratação de serviço com/sem licitação.	1991
Notas fiscais de compra de materiais/prestação de serviços da série aquisição de material e contratação de serviço com/sem licitação.	1991

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2009

CONCORRÊNCIA Nº 2/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 26/4/2010, às 14h30min, licitação na modalidade concorrência, do tipo técnica e preço, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de produtora de vídeo, agência ou empresa jornalística para a produção do programa de televisão "Minas é Muitas", da TV Assembleia.

O edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio à Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, BH-MG, no horário de 8h30min a 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 9 de março de 2010.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

Termo de Contrato

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Município de Tiros. Objeto: doação de bens móveis inservíveis: 2 microcomputadores marca Itautec, avaliados em R\$500,00 (quinhentos reais); 2 impressoras, marca Xerox, avaliadas em R\$400,00 (quatrocentos reais); 4 cartuchos para impressoras a laser, avaliados em R\$624,64 (seiscentos e vinte e quatro reais e sessenta e quatro centavos), identificações patrimoniais: 022626; 022627; 021518; 021520, perfazendo o valor total de R\$1.524,64 (um mil quinhentos e vinte e quatro reais e sessenta e quatro centavos). Licitação: dispensa, art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Protocolo de Intenções

1ª Conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2ª Conveniente: Câmara Municipal de Sete Lagoas. Objeto: apoio técnico-pedagógico à implantação de Escola do Legislativo Municipal. Vigência: 5 anos a partir de sua assinatura.

ERRATA

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 900/2007

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 22/12/2009, na pág. 51, col. 1, substitua-se o art. 2º pelo que se segue.

"Art. 2º – O cliente do serviço de telefonia móvel poderá, mediante declaração formal e expressa, firmada perante a concessionária a que se refere o art. 1º, desautorizar que sejam fornecidas à polícia judiciária as informações de que trata esta lei.

Parágrafo único – A concessionária a que se refere o art. 1º fornecerá a seus clientes, novos e antigos, formulário solicitando a manifestação de vontade a que se refere o "caput" deste artigo."